

A INCLUSÃO SOCIOLABORAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE NO ADN DA ECONOMIA SOCIAL



Ana Luisa Martinho

1. INTRODUÇÃO

A economia social, com os seus objetivos convergentes de natureza social e económica em prol do bem comum, tem historicamente desempenhado um papel fundamental na inclusão sociolaboral de pessoas em situação de vulnerabilidade. Este artigo divide-se em duas partes, uma primeira de enquadramento teórico e, uma segunda, de pistas reflexivas a partir da análise empírica das práticas profissionais de apoio à inclusão sociolaboral de pessoas em situação de vulnerabilidade em nove estudos de caso inseridos em organizações da economia social em Portugal.

Iniciamos a reflexão teórica com a especialização das organizações da economia social em Portugal no apoio à inclusão sociolaboral de pessoas em situação de vulnerabilidade. Destaca a resposta holística dessas organizações às comunidades, agindo como intermediárias na implementação de políticas públicas e oferecendo suporte à empregabilidade. Discute-se a evolução histórica e as tendências na inclusão sociolaboral, mencionando a importância das *Work Integration Social Enterprises* (WISEs). Abordamos a dificuldade em delimitar o conceito de vulnerabilidade, explorando as dimensões sociológicas de pobreza e exclusão social. Destacamos a teoria da interseccionalidade para entender as complexas interações entre diferentes categorias, como sexo, classe, etnia e deficiência.

Partindo da análise de regularidades encontradas nos nove estudos de caso, analisamos os princípios de intervenção e as competências necessárias para o

exercício da função por parte dos profissionais auscultados e inseridos em organizações da economia social. Verificamos a multifuncionalidade da função, enfatizando a coordenação, intervenção social, gestão de casos, prospeção e acompanhamento. As principais competências necessárias para desempenhar a função de apoio à inclusão sociolaboral foram classificadas em três categorias: i) flexibilidade e capacidade de adaptação, empatia, proximidade e resiliência; ii) conhecimentos de diagnóstico, processos e metodologias de acompanhamento; iii) domínio de metodologias de educação não formal ou informal, bem como o conhecimento do mercado de trabalho local.

2. ESPECIALIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA ECONOMIA SOCIAL NO APOIO À INCLUSÃO SOCIOLABORAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

À imagem de outros países europeus, como a França ou a Eslovénia (Greer et al., 2018), a economia social em Portugal que se dedica à ação social caracteriza-se pela sua resposta holística às comunidades onde intervêm, intervindo, muitas vezes, como intermediária na operacionalização de políticas públicas da responsabilidade do Estado. Dentro do conjunto de respostas sociais operacionalizadas pela economia social em matéria de trabalho

social, estas organizações também oferecem respostas ao nível do apoio à empregabilidade. Não obstante o seu contexto histórico-político e as suas especificidades culturais, Portugal seguiu as tendências europeias em matéria de alargamento e especialização da sua intervenção ao campo da inclusão sociolaboral de pessoas em situação de vulnerabilidade. A nível europeu, desde a segunda metade da década de 70 do século XX, tem-se verificado uma atenção crescente às iniciativas de inserção das pessoas em situação de vulnerabilidade, ou seja, de emprego inclusivo centradas na economia social (Defourny et al., 1998). Nos anos 1990, num estudo promovido pela Comissão Europeia (Estivill et al., 1997), as *Work Integration Social Enterprises* (WISEs) foram consideradas um instrumento eficaz de combate à pobreza e à exclusão social. É num contexto de apoio social individualizado, que nascem iniciativas que apoiam as empresas, na sua função educativa e socializadora (Ebersold, 2001), numa lógica de inserção pela atividade económica. Estas iniciativas, procuram conjugar a inserção das pessoas consideradas afastadas do mercado de trabalho com o desenvolvimento de atividades produtivas e geradoras de resultados económicos. Paralelamente, inserem-se numa lógica de medidas de promoção do desenvolvimento local (Ebersold, 2001). Assim nascem, por diferentes países europeus, um conjunto diversificado de respostas de inserção pela atividade económica, de pessoas em situação de vulnerabilidade.

2.2. DA DIFICULDADE DE DELIMITAR O CONCEITO DE VULNERABILIDADE

Sendo um fenómeno complexo, a vulnerabilidade pode afetar grupos sociais que, seguindo a sua condição de exclusão/marginalidade, não beneficiam dos direitos humanos fundamentais. Trata-se de um conceito polissémico utilizado em várias disciplinas científicas (Alwang et al., 2001) que não pode ser reduzido a categorizações institucionais e administrativas. A vulnerabilidade pode ser uma condição associada a indivíduos que se encontram no mercado de trabalho e que, no entanto, estão sujeitos a situações de trabalho precário e salários baixos. Apesar disso, os indivíduos que exercem uma ocupação profissional têm um menor risco de vulnerabilidade social (Junior et al., 2021). Assim, a maioria dos grupos marginalizados, nomeadamente face ao mercado de trabalho, são categorizados como jovens, migrantes, pessoas com deficiência, NEET - *Not in Education, Employment or Training*, ex-reclusos, mulheres, etc. Estes serão os principais grupo-alvo das preocupações de inserção profissional das Políticas de Emprego.

Bengoetxea Alkorta (2020) apresenta uma análise da origem do conceito de grupos vulneráveis. Para o autor, a génese do conceito pode ser encontrada na normativa internacional dos Direitos Humanos, com foco na dimensão da universalidade. Acresce o reconhecimento jurisprudencial da noção de grupos vulneráveis pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, a qual se centra no carácter relativo, na situação particular e no dano sofrido – ora por *misrecognition* ora por *maldistribution* (Bengoetxea Alkorta, 2020, p. 22).

Se até à mudança económica da década de 1970, o fenómeno da passagem da inatividade para a vida ativa, sobretudo dos jovens, constituía a principal preocupação de inserção profissional (Oliveira das Neves & Graça, 2000), os últimos 50 anos representam uma complexificação da temática. Com efeito, a globalização e consequentes reestruturações da atividade económica alargaram a tipologia de situações que tendem a afastar as pessoas do trabalho ou de um emprego perene, estável e digno. A delimitação dos grupos cuja situação é de desvantagem revela-se complexa e, mesmo no seio dos grupos, verifica-se uma heterogeneidade de situações que potenciam ou atenuam a situação de vulnerabilidade.

A vulnerabilidade pode ser uma condição associada a indivíduos que se encontram no mercado de trabalho

No final do século XX, num estudo nacional sobre Grupos Desfavorecidos face ao Emprego, Capucha (1999) categoriza em quatro tipologias as situações de vulnerabilidade, a saber: as fracas qualificações e competências, a acomodação a círculos de pobreza instalados, a adoção de modos de vida marginais e diferentes handicaps específicos.

A delimitação do conceito de grupos sociais em situação de vulnerabilidade não pode ser reduzida a simples categorizações institucionais e administrativas. Não raras vezes, esta simplificação traduz um conjunto de traços estereotipados que não têm em conta a diversidade de fatores identitários e experienciais de cada pessoa (Lima & Trombert, 2017, p. 17). O conceito de vulnerabilidade carece de estabilidade e consenso em termos dos indicadores que contribuem para a sua classificação. Não obstante a necessidade de organizar a complexidade da realidade social em categorias de análise, por forma a poder sobre ela intervir, essa categorização não deixa de constituir uma limitação efetiva. As definições conceptuais são relativas e vão variando em função dos contextos sociopolíticos, como é caso emblemático da passagem dos desígnios da exclusão social para a inclusão social e tantos outros. Categorias como jovem NEET, trabalhador precário, desempregado de longa duração, pessoas com poucas qualificações, mães solteiras representam efetivamente um conjunto de construtos que podem levar a situações de vulnerabilidade, todavia estão sujeitas a uma conjugação de fatores que levam mais ou menos a processos de “desinserção social” (Paugam 1992 as cited in Lima & Trombert, 2017, p. 37). Não existe um conceito jurídico genérico, mas existem conceitos setoriais para determinados fins. Tratando-se de um conceito complexo, seria necessário e desejável “un concepto jurídico omnicompreensivo” (Bengoetxea Alkorta, 2020, p. 27).

de grupos sociais em situação de vulnerabilidade. Contribui para esta situação o facto de que a vulnerabilidade não só está a mudar no tempo e no espaço, mas também depende da interação e interdependência entre diferentes variáveis, que não são mutuamente exclusivas.

É nesta perspetiva que seguimos as contribuições da teoria da interseccionalidade utilizada em diferentes contextos de investigação e intervenção para enformar as relações das diferentes categorias master que são o sexo/género, a classe, a etnicidade, a religião, a nacionalidade, a orientação sexual e a deficiência (Nogueira, 2017). Com efeito, consideramos que esta abordagem contribui justamente para uma melhor compreensão dos processos de desinserção social.

A teoria da interseccionalidade começou por ser desenvolvida pelos estudos afro-americanos e pelas feministas negras nos anos 1980 (Nogueira, 2017). Esta nova abordagem, introduzida por Kimberlé Crenshaw, começa por estabelecer uma relação entre a identidade de mulher e a identidade afro-americana para compreender e descrever a situação de dominação das mulheres negras.

Naturalmente que a abordagem interseccional não atende ao conjunto dos percursos de vida individuais. No entanto, permite trazer, do ponto de vista teórico e da intervenção, contributos que integram a diversidade de vivências e as nuances próprias às diversas problemáticas em análise, tratando-se assim de uma abordagem ora holística ora específica (Nogueira, 2017). A teoria da interseccionalidade desafia a forma dominante de análise dos processos de exclusão social, cada vez mais híbridos. As categorias sociais que colocam as pessoas enquanto

“vulneráveis” são perspetivadas enquanto construções sociais com repercussões na acessibilidade destes grupos a medidas de política pública.

Os argumentos subjacentes à teoria da interseccionalidade convocam a uma análise múltipla das desigualdades sociais. Tendo em conta que as pessoas podem ser dominadas num determinado contexto e dominantes noutros, categorias como pessoas em situação de vulnerabilidade deixam de fazer sentido. A título ilustrativo, vejamos os altos níveis de escolaridade que constituíram durante muitos anos uma quase “imunidade” à experiência de situações de pobreza e que, deixaram de o ser. Com o agravamento da situação europeia e nacional, as pessoas com capital escolar passaram a ser, como qualquer outro grupo, vulneráveis e potenciais beneficiários de prestações sociais.

2.2.

A INCLUSÃO SOCIOLABORAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE EM PORTUGAL

As décadas de 1980 e 1990 são marcadas pela manifestação política de preocupação com a resposta a situações de inserção social e profissional num contexto de alargamento de políticas sociais, designadamente de políticas ativas de emprego (Oliveira das Neves & Graça, 2000). Com as orientações europeias, os recursos do Fundo Social Europeu e da formulação da Estratégia para o Emprego, aumentam e diversificam-se os instrumentos para a inserção profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade. A década de 1990 pautou-se pela diminuição do desemprego e a introdução de políticas específicas de combate à exclusão social e

profissional (Capucha, 2019) como foi o caso: do Rendimento Mínimo Garantido – com a proposta de Lei aprovada a 28 de maio de 1996 em resposta à Recomendação do Conselho das Comunidades Europeias sobre critérios comuns respeitantes a recursos e prestações suficientes nos sistemas de proteção social (Recomendação 92/441/CEE); do Mercado Social de Emprego – instituído em 1996 pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/96, de 9 de julho, enquanto estratégia de promoção do emprego junto de populações com específicas vulnerabilidade; da medida das Empresas de Inserção; e dos Planos Nacionais de Emprego associados à Estratégia Europeia para o Emprego.

Oliveira das Neves e Graça (2000) identificam sete categorias de grupos específicos para os quais se dirigem estas políticas. Uma primeira categoria é a das pessoas com deficiência e incapacidade, associando-lhe a resposta político-legislativa do regime jurídico dos Centros de Emprego Protegido, através do Decreto-Lei n.º 40/83, de 25 de janeiro. Em Portugal, as políticas vocacionadas para a “criação de oportunidade de inserção socioprofissional da pessoa com deficiência [...] bastante tardia(s)” (Oliveira das Neves & Graça, 2001, p. 19). As primeiras iniciativas datam da década de 1970, mas o Regime Jurídico do Emprego Protegido apenas foi adotado em 1983. A par da situação de deficiência, as restantes seis categorias de potenciais excluídos do mercado de trabalho são os Desempregados de Longa Duração, os Jovens, as Mulheres, os Toxicodependentes e Ex-toxicodependentes, os Detidos e Ex-reclusos e os Grupos étnicos e culturais minoritários (Oliveira das Neves e Graça, 2000).

Na mudança do milénio, Portugal conhecia taxas de desemprego muito re-

duzidas a par de níveis de emprego historicamente muito elevados. Durante todo este período de crescimento, a opção política foi sobretudo de aumentar a competitividade económica e apoiar a flexibilização do mercado de trabalho (Capucha, 2019). Em 2003, verifica-se uma recessão económica com um crescimento negativo da economia nacional e começa a observar-se uma degradação dos indicadores de coesão e estabilidade, agravando-se as taxas de desemprego e prolongando-se o tempo de regresso ao mercado de trabalho (Capucha, 2019). Com esta dinâmica negativa, vão se verificar recuos nas dinâmicas positivas que haviam sido registadas nos anos 1990 de políticas de inserção direcionadas a públicos em situação de vulnerabilidade e de desenvolvimento regional com perda de vigor ou mesmo desaparecimento de iniciativas comunitárias como os programas Leader, Urban, EQUAL (Capucha, 2019). A crise económica internacional, que ocorreu entre 2008 e 2012, e o programa político e financeiro de ajustamento estrutural daí decorrente - o Programa de Assistência Financeira (2011-2014) designado “Troika” e aplicado em Portugal -, tiveram impactos significativos nas políticas sociais em geral e nas do trabalho e emprego em particular. Este período marcou mudanças e impactos ao nível da pobreza e da exclusão social (Hespanha & Caleiras, 2017).

No atual paradigma global de orientação clara comum para o desenvolvimento de mais políticas sociais ativas, e apesar de algum atraso dos países do Sul, (Bonoli, 2013), é possível verificar também em Portugal a “retoma de uma política social orientada pelos princípios do investimento e não apenas da proteção passiva e de mínimos” (Capucha, 2019, p. 36). Exem-

plos desta orientação para as políticas sociais ativas é, por um lado, o regresso da medida de qualificação do Programa Qualifica e respetiva criação dos Centros Qualifica (Portaria n.º 232/2016, de 29 de agosto) e, por outro, o aprofundamento das políticas de educação de jovens (Despacho conjunto n.º 453/2004, de 27 de julho). Assente num modelo de ativação do mercado de trabalho e das pessoas em situação de desemprego, o acompanhamento das pessoas afastadas do mercado de trabalho reveste-se de uma importância acrescida. De tradição mais próxima dos países que não seguem o modelo liberal de Estado-Providência, Portugal segue a abordagem de ativação assente na ideia de reciprocidade entre o Estado e o beneficiário, numa lógica de direito-dever de inserção (Bonoli, 2013).

**Em 2003,
verifica-se uma
recessão económica
com um crescimento
negativo da economia
nacional**

Apesar de pouco estruturado face a outros contextos europeus, Portugal tem revelado maior atenção ao tema da integração no mercado de trabalho de pessoas com necessidades complexas. À imagem da corrente internacional, têm emergido sinais expansionistas do tema, com políticas orientadas para o lado da oferta, designadamente a Lei n.º 4/2019, 10 de janeiro, que é paradigmática desta abor-

dagem. Esta lei define quotas de emprego, no sector privado, para pessoas com deficiência e incapacidade, com um grau de deficiência igual ou superior a 60%, abrangendo médias e grandes empresas (mais de 1% nas médias empresas e mais de 2% nas grandes empresas).

2.3. AS DIFICULDADES ASSOCIADAS AO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE APOIO À INCLUSÃO SOCIOLABORAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Historicamente, vários estudos apontam para a inadequação dos recursos para os trabalhadores de intervenção direta. Na década de 1980, Lipsky (1980) já analisava a incerteza dos trabalhadores que intervêm diretamente com os utentes, principalmente devido à complexidade do objeto de estudo que são as pessoas. Um dos dilemas que o autor refletiu é a dificuldade de equilibrar as necessidades específicas de cada cliente com o sistema estrutural e burocrático ao qual os prestadores dos serviços sociais devem responder. Já na década de 1990, Hasenfeld (1992) analisava que os profissionais que prestam serviços sociais – nomeadamente de apoio à inclusão sociolaboral de pessoas em situação de vulnerabilidade são, acima de tudo, trabalhadores de serviços humanos. Para o autor, essa especificidade do trabalho implica comprometimento e dedicação, pois tem implicações na qualidade de vida das pessoas apoiadas. Defende ainda que essa responsabilidade e ética definem a prática dos prestadores de apoio à inclusão no mercado de trabalho, através do respeito mútuo e da confiança (Hasenfeld, 1992).

A nível internacional, são vários os autores (Lima & Trombert, 2017; Castro, 2003) que reconhecem, por um lado a existência de um perfil profissional específico ligado à área da inclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade, e por outro lado, da necessidade de profissionalização do acompanhamento dos grupos-alvo, das políticas sociais e de emprego.

Em Portugal, do ponto de vista formal, atendendo à Classificação Portuguesa das Profissões (INE, 2011), verifica-se uma ausência de reconhecimento de perfis profissionais específicos para o trabalho de acompanhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade. A não existência do reconhecimento de tal profissão implica, por um lado, uma não definição de funções e responsabilidade específicas e, por outro, a ausência de qualificação inicial específica ou de formação estruturada dirigida a estes profissionais (Associação A3S, 2016).

Esta amostra obedeceu a critérios de heterogeneidade nas práticas apresentadas

Esta tendência inscreve-se num contexto nacional em que o este campo continua pouco estruturado, não existindo políticas públicas direcionadas para esta área específica de intervenção. Em Portugal, verifica-se um paradoxo “uma vez que apesar da consolidação e do reconheci-

mento político e académico do campo da inserção sociolaboral a nível europeu, se verifica alguma inadequação dos mecanismos existentes e, sobretudo, um retrocesso de medidas públicas específicas para o campo, nomeadamente com a extinção da medida das Empresas de Inserção” (Martinho, 2022, p. 169).

3. PISTAS EMPÍRICAS DE PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO E COMPETÊNCIAS PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO DE APOIO À INCLUSÃO SOCIOLABORAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Passamos a apresentar a análise resultante do trabalho empírico realizado em nove estudos de caso, centrados no trabalho desenvolvido por diferentes profissionais (gestores de recursos humanos, técnicos do Rendimento Social de Inserção, profissionais de orientação vocacionais e/ou profissional, técnicos de emprego) envolvidos no aconselhamento e acompanhamento sociolaboral de pessoas afastadas do mercado de trabalho. Estes profissionais trabalham em organizações da economia social localizadas na Área Metropolitana do Porto-Portugal. Optámos por recolher dados através de entrevistas (tendo consultado um total de 34 profissionais diferentes), que posteriormente transcrevemos. Além disso, realizámos um trabalho de observação, nomeadamente durante as visitas aos locais de estudo de caso e a participação nas reuniões de trabalho das diferentes equipas. Consultámos também documentos oficiais, como o site da organização, os seus estatutos e documentos de sistematização das atividades desenvolvidas, para além da

análise documental dos instrumentos de trabalho utilizados pelos entrevistados no seu trabalho de apoio à integração socio-profissional. O trabalho de campo para a recolha de dados para os estudos de caso decorreu entre março de 2019 e maio de 2021.

Quanto à composição da amostra, dado que este estudo é fundamentalmente qualitativo e de natureza exploratória, optou-se por uma amostra de conveniência. Esta amostra obedeceu a critérios de heterogeneidade nas práticas apresentadas, bem como de representatividade das práticas de trabalho de inserção social e profissional com pessoas em situação de vulnerabilidade. De facto, os estudos de caso foram selecionados com base no conhecimento prévio e na proximidade do investigador e/ou foram recomendados por um informador-chave, seguindo uma lógica de amostragem em bola de neve. Para cada estudo de caso utilizámos um código: Alfa, Beta, Gama, Delta, Kapa, Lambda, Omega, Iota, Zeta.

3.1. PERFIL E ESTRUTURA DAS ORGANIZAÇÕES DA ECONOMIA SOCIAL QUE ENQUADRAM OS ESTUDOS DE CASO

Se atendermos ao perfil geral dos estudos de caso, verificamos que 7 nasceram enquadrados em organizações da economia social que já desenvolviam intervenções mais generalizadas e após alguns anos criaram respostas específicas na área da empregabilidade. Com efeito, apenas o Alfa e o Lambda pré-existiam à entidade acolhedora, tendo-se fundado enquanto projetos.

Tabela 1**Principais públicos-alvo dos estudos de caso**

Fonte: adaptado dos estatutos dos estudos de caso

	Principais públicos-alvo
Alfa	Pessoas com diversidade funcional
Beta	Pessoas com experiência de doença mental
Gama	Pessoas em situação de desemprego e risco de exclusão social
Delta	Pessoas em situação de desemprego e grande vulnerabilidade social
Kapa	Pessoas com diversidade funcional + Pessoas com deficiência e/ou incapacidade
Lambda	Pessoas em situação de desemprego
Omega	Pessoas em situação de desemprego + Pessoas com diversidade funcional + Pessoas em situações de adição
Iota	Pessoas em situação de desemprego e risco de exclusão social
Zeta	Pessoas em situação de desemprego e risco de exclusão social

As entidades enquadradoras dos estudos de caso nasceram entre 1926 (Alfa) a 2008 (Lambda), apresentando-se com diferentes dimensões em termos de trabalhadores remunerados, desde nenhum (para além daqueles integrados no Alfa) a mais de 100 (Omega). Maioritariamente com forma jurídica associativa (com exceção do Lambda que se constituiu como cooperativa), todas estas entidades enquadradoras dos estudos de casos têm o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social – IPSS ou equiparado e duas (Beta e Kapa) acumulam com o estatuto de Organizações Não-Governamentais de Pessoas com Deficiência - ONGPD.

Com exceção do Alfa e do Iota que se dedicam exclusivamente ao trabalho de acompanhamento para a inserção profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade, os restantes casos integram-se em respostas mais abrangentes para estas pessoas e/ou para outros públicos-alvo. Assim, o financiamento ao qual a equipa de acompanhamento recorre para poder responder às problemáticas da empregabilidade, não é específico. Trata-se, de facto, de um financiamento mais genérico para o apoio social e/ou a intervenção para combater a exclusão social, como é o caso dos protocolos de RSI – Rendimento Social de Inserção, os CLDS – Contrato Locais de Desenvolvimento Social ou o POAPMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas. Nestes casos, as entidades enquadradoras dos casos em estudos, desenvolvem respostas que, podemos classificar de multiserviços dirigidas a públicos variados, desde crianças e jovens a idosos. Todavia, as associações

enquadradoras do Alfa, do Beta e do Kapa especializaram-se na intervenção junto de pessoas com deficiência e incapacidade, nomeadamente junto de pessoas com experiência de doença mental.

3.2. PERFIS COMPLEXOS E HETEROGÊNEOS DAS PESSOAS ACOMPANHADAS

No que respeita ao perfil geral do público-alvo dos casos, a tabela 1 representa uma classificação simples dos principais grupos-alvo, identificados a partir da análise dos estatutos jurídicos da entidade acolhedora de cada caso. Para seis dos casos, o principal grupo-alvo são as pessoas em situação de desemprego, quatro dirigem-se a pessoas com diversidade funcional (deficiência e/ou incapacidade, incluindo pessoas com experiência de doença mental) e uma a pessoas com comportamento de adição.

Apesar de o perfil geral apresentado na tabela 1, a caracterização do público-alvo de cada caso revela-se mais complexo, com multivariáveis. Com efeito, e focando apenas nas características predominantes das pessoas acompanhadas, podemos traçar um perfil-tipo que integra várias características para cada estudo de caso. A título meramente ilustrativo, verificamos, por exemplo, que o Delta acompanha pessoas com perfil predominantemente masculino, com idade superior a 40 anos e, que no Gama o perfil das pessoas acompanhadas é maioritariamente feminino, sendo mães, podendo apresentar algumas problemáticas ao nível da saúde mental. Apesar de um perfil descrito com base categorias

formais, como a idade, o sexo, a situação face à saúde, são igualmente identificadas outras características como os percursos de vida escolar e profissional pautados, muitas vezes, por experiências de precariedade e de vai-e-vem entre emprego e desemprego. Destaque para a relação penosa das pessoas apoiadas com a educação e a formação. Acrescem as competências sócio emocionais, enquanto características comuns aos diferentes públicos-alvo, tais como a falta de confiança no mercado de trabalho, no trabalho social e em si. A baixa autoestima e uma autoimagem negativa, também constituem características comuns às pessoas acompanhadas nos diferentes estudos de caso. Associado a percursos de vida marcados por diferentes situações de desvantagem, estes grupos-alvo apresentam um perfil que revela alguma fragilidade emocional. Em alguns casos, estas pessoas não têm um sistema de apoio, nomeadamente familiares. Assim, as questões de género constituem igualmente uma dimensão transversal, na medida em que, por um lado, alguns dos casos em estudo acompanham maioritariamente homens (p.e. Delta, Omega) em situação de grande desinserção familiar. Por outro lado, a precariedade tanto nos percursos escolares como profissionais, é agudizada no caso das mulheres, cujos percursos escolares e profissionais vão sendo interrompidos por sucessivas gravidezes.

Agravado pelas multiproblemas das pessoas acompanhadas, os longos períodos de inatividade parecem representar uma característica comum aos públicos-alvo acompanhados pelos casos em análise, bem como um entrave ao processo de reinserção sociolaboral.

3.3. PERFIS FUNCIONAL DE APOIO À INCLUSÃO SOCIOLABORAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

A função de apoio à inclusão sociolaboral de pessoas em situação de vulnerabilidade caracteriza-se, transversalmente aos diferentes casos, pela coordenação, a intervenção social, a gestão de casos, a prospeção e o acompanhamento. Estes profissionais são “*uma espécie de camaleão*” (Zeta) ao acumularem responsabilidades com diferentes graus de complexidade e autonomia (*multitasking*). Este desdobramento em tarefas múltiplas foi ainda mais acentuado com o ajustamento da intervenção à distância (por telefone, videochamada ou sessões presenciais restritas e agendadas) devido à pandemia COVID-19. As principais responsabilidades foram categorizadas em quatro áreas, associadas ao ciclo de acompanhamento das pessoas em situação de vulnerabilidade: i) Diagnóstico e definição de plano de acompanhamento; ii) Desenvolvimento de competências; iii) Orientação /aconselhamento vocacional/profissional; iv) Encaminhamento e mediação com diferentes interlocutores.

As competências inerentes ao exercício destas funções podem ser classificadas em três categorias de análise: i) flexibilidade e capacidade de adaptação a diferentes áreas e contextos do acompanhamento; ii) empatia, proximidade e resiliência; iii) conhecimento técnicos de diagnóstico, processos e metodologias de acompanhamento.

No que respeita a primeira categoria de análise, os entrevistados referem a necessidade de “*ter um jogo de cintura mais apurado*” (Delta). A capacidade de adaptação de diferentes situações e pessoas,

implica uma disponibilidade para atender às necessidades em diferentes circunstâncias e horários. Esta flexibilidade - referida pela maioria dos entrevistados - integra o processo de acompanhamento e é condição determinante para um sentimento de maior confiança nos agentes de inserção e no trabalho que estão a desenvolver.

As competências de empatia, proximidade e resiliência são identificadas como essenciais para o desempenho das funções em análise. A resiliência e resistência à frustração, sendo necessário saber perseverar e não desistir face às variadas dificuldades quotidianas.

A última categoria respeita a competências mais técnicas, associadas aos conhecimentos de diagnósticos, bem como aos processos e metodologias de acompanhamentos do público-alvo. São identificadas competências ao nível do domínio das metodologias de educação não formal ou informal. Em simultâneo, são referidas competências que têm que ver com o conhecimento do funcionamento do mercado de trabalho e do tecido empregador local.

3.4. PRESSUPOSTOS DA INTERVENÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE APOIO À INCLUSÃO SOCIOLABORAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

No que respeita aos pressupostos de intervenção, verificam-se tendências comuns a todos os casos, no que respeita à abordagem próxima, humana e igualitária entre profissionais e pessoas acompanhadas. Com efeito, a confiança estabelecida e desenvolvida, é considerada pelos entrevistados com essencial para alcançar uma efetiva abordagem individualizada e centrada nas necessidades e especificidades de

cada pessoa acompanhada. Assim, a auto-determinação representa um pressuposto comum aos casos em estudo, nomeadamente através da exploração de potenciais áreas laborais por forma a aferir as capacidades e as apetências (p.e. Alfa, Kapa) de cada pessoa acompanhada, adaptado os itinerários em termos de duração, de resposta, de tipo de acompanhamento. A visão e a perspetiva desenvolvimentista e holística (p.e. Alfa, Beta, Gama, Delta, Iota, Zeta) representam igualmente um pilar da intervenção dos casos em análise. Com efeito, para se conseguir trabalhar a empregabilidade, é necessário assegurar, a montante, outras necessidades basilares como a habitação, ou questões de controlo dos consumos.

Nesta coconstrução dos processos de trabalho, os profissionais procuram romper com a estrutura rígida, considerada pouco eficaz e normalmente estabelecida no trabalho social. Neste sentido, os casos pretendem constituir-se como facilitadores no acesso às diferentes respostas que a pessoa acompanhada possa precisar (p.e. Delta, Gama, Lambda), numa abordagem de respeito pela individualidade e pela sua privacidade (p.e. Zeta). Tal, consubstancia-se igualmente numa forte articulação entre colegas e com parceiros (p.e. Omega, Lambda, Kapa).

Toda esta abordagem individualizada, decorrente da procura de uma resposta à medida das necessidades múltiplas de cada pessoa acompanhada, requer dedicação e tempo. Com efeito, as equipas de acompanhamento procuram respostas sustentáveis e de trabalho digno, apesar das limitações das políticas públicas e do financiamento disponível nesta matéria. Acompanhar funda-se na ideia de percorrer um caminho com a pessoa, estar ao seu lado, e não apresentar uma resposta estandardizadas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quer pela sua definição, quer pelas práticas desenvolvidas pelos profissionais inseridos em organizações da economia social, demonstramos que a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade de encontra, de facto, no ADN da economia social. Como verificámos, desde o seu surgimento, as organizações da economia social têm consistentemente desempenhado um papel crucial no combate à pobreza e exclusão social, refletindo um compromisso inabalável com a promoção do interesse geral. Os dados empíricos apresentados reforçam estes desígnios e compromissos com a dimensão social da intervenção do setor. A relação próxima entre a economia social e o Estado em Portugal, assemelhando-se a modelos de outros países europeus, é passível de ser observada nos casos em estudo. Com efeito, observamos uma intervenção holística por parte das organizações da economia social estudadas, atuando como intermediárias na implementação de políticas públicas voltadas para a inclusão social.

A análise empírica dos discursos dos profissionais auscultados corrobora a discussão teórica sobre vulnerabilidade ressaltando a sua complexidade, indo além de categorizações institucionais e administrativas. Com efeito, os profissionais auscultados identificaram sobretudo outras dimensões para caracterizar as pessoas com quem trabalham, como a baixa autoestima, longos períodos de inatividade, percursos escolares intermitentes, fragilidade emocional, quotidianos e tempos marcados por estratégias de sobrevivência, entre outros. identificadas

pelos agentes de inserção que não só corroboram algumas das variáveis tangíveis, mas também revelam outros elementos que caracterizam estes grupos-alvo. Esta propensão é deveras mais evidente através do cruzamento de variáveis, recorrendo a uma perspetiva intersectorial. Este foco discursivo para além das dimensões administrativas também decorre do argumento de que estas dimensões podem ser mutáveis. Reconhecendo a diversidade de contextos, o conceito de vulnerabilidade é abordado como uma condição que pode afetar grupos sociais diversos, incluindo aqueles que estão inseridos no mercado de trabalho, mas sujeitos a precariedade e salários baixos. Considerando os resultados empíricos apresentados, é reforçada a complexidade e diversidade dos desafios enfrentados pelos profissionais que prestam apoio à inclusão sociolaboral de pessoas em situação de vulnerabilidade. O estudo revela a multiplicidade de perfis das entidades enquadradoras, dos públicos-alvo e das características das pessoas acompanhadas, ilustrando a complexidade das intervenções realizadas.

Quer teórica, quer empiricamente, podemos afirmar que existe uma interseção entre a economia social, a inclusão sociolaboral e a vulnerabilidade, destacando a importância das organizações sociais na promoção de uma abordagem abrangente e eficaz para lidar com desafios sociais complexos.

Da análise do discurso dos profissionais auscultados, ressaltam opções por uma abordagem individualizada, de proximidade e que valoriza a autodeterminação da pessoa acompanhada, as quais se encontram alinhadas com o ideário do setor da economia social. A intervenção dos profissionais é, de facto, permeada

por pressupostos fundamentais, como a construção de uma relação de confiança, a promoção da autodeterminação e uma abordagem holística e desenvolvimentista. Com efeito, os dados empíricos destacam a importância crucial da abordagem individualizada, centrada nas necessidades específicas de cada pessoa, e sublinham a necessidade de flexibilidade e adaptação por parte dos profissionais. A resiliência, empatia e proximidade são identificadas como competências essenciais para o desempenho eficaz das funções de apoio à inclusão sociolaboral.

**Existe uma interseção
entre a economia
social, a inclusão
sociolaboral
e a vulnerabilidade,
destacando
a importância
das organizações
sociais**

Assim, a partir destes resultados, é possível concluir que a inclusão sociolaboral de pessoas em situação de vulnerabilidade requer abordagens flexíveis, adaptadas a contextos individuais e multifacetados. Além disso, ressaltamos a importância de políticas públicas mais abrangentes e investimentos que permitam a sustentabilidade das respostas, considerando as complexas realidades enfrentadas por esses públicos.

BIBLIOGRAFIA

- ALWANG, J.; Siegel, P. & Jorgensen, S. (2001). "Vulnerability as Viewed from Different Disciplines", World Bank Document, *SP Discussion Paper*, 0115.
- ASSOCIAÇÃO A3S. (2016): The marketing and coaching functions of work integrated social enterprises (WISE). An exploratory study in 5 European countries. http://www.evtnetwork.it/wp-content/uploads/2016/11/IO-1_Exploratorystudy_Final-Version.pdf.
- BENGOETXEA ALKORTA, A. (2020). La Inclusión Socio-laboral de los Grupos Vulnerables. Colectivos y Formas de Inclusión a través del Trabajo. *CIRIEC-España, Revista Jurídica de Economía Social y Cooperativa*. N.º 36/2020, pp. 15-53. DOI: 10.7203/CIRIEC-JUR.36.17247
- BONOLI, G. (2013). *The origins of Active Social Policy. Labour markets and Childcare Policies in a Comparative Perspective*. Oxford University Press
- CAPUCHA, L. (2019). Pobreza e Emprego. As paralelas não convergem. *SOCIOLOGIA ON LINE*, n.º 19, junho 2019, 33-50. DOI: 10.30553/sociologiaonline.2019.19.2
- CASTRA, D. (2003). *L'insertion professionnelle des publics précaires*. Presses Universitaires de France.
- DEFOURNY, J., FAVREAU, L. & LAVILLE, J.-L. (Dir.). 1998. *Insertion et nouvelle économie sociale*. Éditions Desclée de Brouwer.
- EBERSOLD, S., 2001. *La naissance de l'inemployable, ou l'insertion aux risques de l'exclusion*. Presses universitaires de Rennes.
- ESTIVILL, J., BERNIER, A. & VALADOU, C. (1997). *Las Empresas Sociales en Europa*. Comisión Europea DG V, Hacer Editorial.
- GREER, I.; SAMALUK, B. & UMNEY, C. (2018). Toward a Precarious Projectariat? Project dynamics in Slovenian and French social services. *Organization Studies*, 1–23, 2018. DOI: 10.1177/0170840618800109
- HASENFELD, H. (Ed.) (1992). *Human Services as Complex Organizations*. Sage Publications.
- HESPANHA, P. & CALEIRAS, J. (2017). *O labirinto das políticas de emprego*. Centro de Estudos Sociais, Universidade Coimbra.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2011). *Classificação Portuguesa das Profissões 2010*. INE.
- JUNIOR, F. A.; MARQUES-QUINTEIRO, P.; FAIAD, C.; FIGUEIRA, T.; LIMA, A. & FREITAS, L. (2021). "Without work, I am nothing, I have no identity": a qualitative study in a Brazilian public organization. *Public Sciences & Políticas*. Vol. VII , n.º 1, 2021, pp. 169-191. DOI: 10.33167/2184-0644.CPP2021.VVIIIN1
- LIMA, L. & TROMBERT, C. (Dir.) (2017). *Le travail de conseiller en insertion*. Montrouge, ESF éditeurs.
- LIPSKY, M. (1980). *Street-Level Bureaucracy. Dilemmas of the Individual in Public Services*. Rusell Sage Publications.
- MARTINHO, A.L. (2022). *Trabalho inclusivo e digno de pessoas em situação de vulnerabilidade: das políticas às metodologias de acompanhamento em organizações da economia social*. PhD Thesis, Universitat de Valencia.
- NOGUEIRA, C. (2017). *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Editora Devires.
- OLIVEIRA DAS NEVES, A. & GRAÇA, S. (2000). *Inserção no mercado de trabalho de populações com especiais dificuldades*. Direcção-Geral do Emprego e Formação Profissional.
- PAUGAM, S. (2006). *A desqualificação social. Ensaio sobre a nova pobreza*. Porto Editora. ISBN 978-972-0-34856-2.